

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



Discussões para redução da maioria penal!

Autor(res)

Narda Roberta Da Silva

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

UNOPAR / ANHANGUERA - BELO HORIZONTE

Introdução

É irrefutável não dizer das maiores preocupações da sociedade brasileira atual como um todo, desde o cidadão comum até autoridades, empresários e políticos, as questões de segurança pública permeiam todas as classes bem como sua importância, consequências e desafios. A sensação de insegurança, o medo de ser a próxima vítima de roubos, assaltos, golpes, crimes dos mais diversos e violência, é um sentimento presente e experimentado por todos indivíduos em algum momento da vida.

No entanto qual a causa dessa atmosfera terrível na qual temos vivido? Quais as principais causas que fomentam essa triste realidade contemporânea? Como combater os desafios, conduzir trabalhos bem sucedidos, em vista uma situação tão grave e complexa? A impressão obtida, errônea porém percebida no submundo do crime, seus participantes tem em mente, alistar-se ao mesmo, compensa, é válido toda prática criminosa, lucro ilícito, violência, crueldade, matar e morrer pela causa. Este tem seus adeptos ainda na infância.

Objetivo

De acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça, a maioria dos adolescentes, 45,5%, comete o primeiro crime entre os 15 e 17 anos. E quase 10% começam ainda na infância, entre os 7 e 11 anos de idade. O principal motivo citado para justificar a entrada no tráfico por exemplo; 62% são dificuldades financeiras, vontade de ajudar a família e outros 47% ganhar muito dinheiro, busca por adrenalina...

Material e Métodos

Do ponto de vista civil é do conhecimento de todos, os investimentos necessários em saúde, educação, família, esporte, lazer, saneamento básico, moradia, comprometimento e ações coordenadas e eficientes do poder público, garantindo tais direitos, dignidade, necessidades e oportunidades a essas crianças e adolescentes. Proporcionando assim o ambiente propício a escolhas corretas, acarretando um futuro honesto, perspectiva de vida, carreira e futuro.

No entanto, tendo em vista a supracitada necessária ações dos poderes, civil, família e criminal, conjuntos, criminalmente, uma solução para reduzir os atos infracionais e delitos cometidos por menores de idade é a responsabilização criminal por menores de dezoito anos,

Sendo necessário uma PEC (Projeto de Emenda Constitucional), processo de mudança da Constituição, a fim de alterar a idade prevista no citado art.

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



Resultados e Discussão

Hoje o que a Constituição estabelece ainda que a responsabilidade penal dos menores de 18 anos é regulada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente(ECA),que prevê medidas socioeducativas para aqueles que cometem atos infracionais. O que se mostra claramente ineficaz,diante dos evidentes aumentos nos índices criminais entre menores.

O uso e interesse escuso de criminosos profissionais adultos, que se utilizam da impunidade desses jovens e brandas consequências de seus atos recrutando-os veementemente.

Não obstante, tal discussão não é recente,existe uma PEC 171/1993 na Câmara dos Deputados Federais tramitando há mais de duas décadas.Concomitantemente,as variáveis e complexidade do assunto explicitam a dificuldade em sua aprovação nas instâncias dos poderes em suma.

A precariedade do sistema prisional brasileiro ,penitenciárias superlotadas,confere condições mínimas de saúde e higiene.Agravam aprovação deste projeto,que pode ser tão benéfico a segurança pública em nosso país.

Conclusão

Vista toda sistemática apresentada, não podemos ignorar esta temática tão relevante a sociedade. Existe solução, formas de melhorar,aperfeiçoar o sistema,investimento e projetos diversos do poder público,eficiência técnica ,parcerias público privadas,tratando os problemas preexistentes como reforma de presídio,separação de presos ajustes na lei ,aumentar as opções de trabalho e estudo nos presídios, são algumas das medidas possíveis para a longo prazo,tornar a redução prevista na Constituição!

Referências

Conselho Nacional de Justiça, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA),conhecimentos adquiridos e minha perspectiva sobre o assunto.